

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
EXTRATO DE ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

Data: 03/12/2020 (quinta-feira)

Horário: 10h

Local: Plenário Virtual do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará

Presidência: Procurador-Geral de Justiça Gilberto Valente Martins

Secretário: Procurador de Justiça Luiz Cesar Tavares Bibas

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Registrada a presença do Procurador-Geral de Justiça, Gilberto Valente Martins, e dos Procuradores de Justiça Manoel Santino Nascimento Junior, Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, Geraldo de Mendonça Rocha, Francisco Barbosa de Oliveira, Dulcelinda Lobato Pantoja, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Adélio Mendes dos Santos, Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Ricardo Albuquerque da Silva, Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater, Mario Nonato Falangola, Maria da Conceição de Mattos Sousa, Leila Maria Marques de Moraes, Tereza Cristina Barata Batista de Lima, Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos, Estevam Alves Sampaio Filho, Jorge de Mendonça Rocha, Hezedequias Mesquita da Costa, Maria Célia Filocreão Gonçalves, Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Nelson Pereira Madrado, Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Hamilton Nogueira Salame, Waldir Macieira da Costa Filho, Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva, e Luiz Cesar Tavares Bibas, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, em exercício.

1. Assunto: Justificativas de falta. Justificaram a ausência os Procuradores de Justiça Ubiragilda Silva Pimentel e Mariza Machado da Silva Lima.

2. Assunto: Afastamento das funções ou da carreira. Registrado que as Procuradoras de Justiça Maria da Conceição Gomes de Souza e Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo estão em gozo de licença para tratamento de saúde.

3. Assunto: Aprovação de atas. Foram aprovadas, por unanimidade, as atas da sessão ordinária de 05/11/2020 e extraordinária de 17/11/2020.

4. Eleição do Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça e dos 1º e 2º Suplentes. O Presidente declarou iniciada a eleição para o cargo de Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça; após o trâmite devido o Presidente proclamou eleita para o cargo de Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará no biênio 2021-2022 a Procuradora de Justiça Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater.

O Presidente declarou iniciada a eleição para do 1º Secretário eventual; após o trâmite devido o Presidente proclamou como 1º Secretário Eventual do Colégio de Procuradores de Justiça no biênio 2021-2022 o Procurador de Justiça Luiz Cesar Tavares Bibas.

O Presidente declarou iniciada a eleição para do 2º Secretário eventual; após o trâmite devido o Presidente proclamou como 2º Secretário Eventual do Colégio de Procuradores de Justiça no biênio 2021-2022 a Procuradora de Justiça Maria Célia Filocreão Gonçalves

5. Assunto: Comunicações da Secretaria. O Secretário deu conhecimento ao Colegiado que o Promotor de Justiça Marco Aurélio Lima do Nascimento, Coordenador do CAO Constitucional, enviou, para conhecimento, cópia do Relatório Final do Grupo de Trabalho para Estudos Sobre os Fundos de Defesa de Direitos Difusos, o qual foi disponibilizado na "pastacolégio".

O Secretário informou que a Procuradora de Justiça Dulcelinda Lobato Pantoja, por meio do expediente protocolizado sob o nº 23553/2020, de 02/12/2020, comunicou seu retorno ao cargo de Conselheira do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público a contar de 02/12/2020.

COMISSÕES TEMÁTICAS

6. Processo nº 054/2018-CPJ. Procedência: Procuradoria-Geral de Justiça. Tramitação: Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Outorga de Comendas de Mérito Institucional. Relator: Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira. Assunto: Proposta de estabelecimento do número máximo de assessores do PGJ, conforme previsto no artigo 19, "caput", da Lei Complementar nº 057, de julho de 2006. O Dr. Raimundo de Mendonça propôs a retirada do processo de pauta e a remessa à Comissão Permanente de Orçamento para análise. O Presidente acatou parcialmente a proposta e retirou o processo de pauta.

7. Processo nº 050/2018-CPJ. Procedência: Procuradoria-Geral de Justiça. Tramitação: Comissão Permanente de Regimentos e Normas Internas. Relator: Procurador de Justiça Manoel Santino Nascimento Junior. Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 009/2012-CPJ, de 28 de junho de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos Promotores de Justiça de Santarém. O Relator se posicionou pela exclusão do inciso IV, do art. 6º, da Resolução nº 009/2012-CPJ, excluindo das atribuições do Cargo de Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Controle Externo na Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas a atuação nos procedimentos e processos relacionados às medidas cautelares relativas a inquéritos policiais; bem como, que a atuação nos procedimentos e processos relacionados às medidas cautelares relativas a inquéritos policiais, seja de atribuição dos promotores de justiça criminais que atuem perante as varas judiciais para as quais essas medidas cautelares sejam distribuídas. Em votação, por unanimidade, deliberou o E. Colegiado pela aprovação do projeto de resolução que altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Santarém, nos termos do voto do Relator.

8. Processo nº 019/2020-CPJ. Procedência: Procuradoria-Geral de Justiça. Tramitação: Comissão Permanente de Regimentos e Normas Internas. Relator: Procurador de Justiça Waldir Macieira da Costa Filho. Assunto: Proposta de alteração da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006. O Presidente adiou a apreciação do processo, a pedido do Relator.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

9. Processo nº 052/2019-CPJ. Recorrente: Promotora de Justiça Magdalena Torres Teixeira. Recorrida: Procuradoria-Geral de Justiça Relatora: Procuradora de Justiça Maria da Conceição Gomes de Souza. Assunto: Recurso contra decisão da PGJ proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 075/2018-CGMP/PA. O Presidente adiou o julgamento do processo, devido a ausência justificada da Relatora.

10. Processo nº 020/2014-CPJ. Recorrente: Heloisa Baptista dos Santos Silva e Toya Alexsandro Theos Baptista dos Santos. Recorrida: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Relator: Procurador de Justiça Hamilton Nogueira Salame. Assunto: Recurso contra decisão da PGJ proferida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 018/2017-CGMP/PA. O Presidente retirou o processo de pauta, a pedido do Recorrente, devidamente acatado pelo Relator.

11. Processo nº 017/2020-CPJ. Recorrente: Maria de Lourdes Guedes Tavares e CEP (Centro Educacional de Preparação). Recorrida: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Interessados: Promotores de Justiça Paulo Sérgio da Cunha Morgado Junior, Cristina Maria de Queiroz Tavares Colares e Sabrina Mamede Napoleão Kalume. Relatora: Procuradora de Justiça Dulcelinda Lobato Pantoja. Assunto: Recurso contra decisão da CGMP/PA proferida nos autos do Expediente Disciplinar nº 019/2020-CGMP/PA. Deliberou o E. Colegiado, por unanimidade, pelo conhecimento e desprovemento do recurso, nos termos do voto da Relatora.

12. Processo nº 012/2020-CPJ. Recorrente: Bruno de Freitas Canavaro e EKILIBRE AMAZÔNIA & CIA LTDA. Recorrida: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Interessada: Promotora de Justiça Lilian Regina Furtado Braga. Relator: Procurador de Justiça Marcos Antônio Ferreira das Neves. Assunto: Recurso contra decisão da CGMP/PA proferida nos autos do Expediente Disciplinar nº 008/2020-CGMP/PA. Deliberou o E. Colégio, por unanimidade, pelo conhecimento e desprovemento do recurso, nos termos do voto do Relator.

OUTROS ASSUNTOS

13. Palavra franqueada. O Presidente discorreu sobre a premiação concedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), 2º lugar do "Prêmio CNMP-2020" na categoria comunicação e relacionamento, com o projeto "O melhor prêmio é a transparência", e parabenizou os membros e servidores que o desenvolveram: Promotor de Justiça Bruno Beckembauer Sanches Damasceno, Promotor de Justiça Evandro de Aguiar Ribeiro, Contador Ivan Silveira da Costa e Analista Jurídico Nielly Cristine de Carvalho Romeiro.

O QUE OCORRER. Nada a consignar.

A sessão foi encerrada às 14h:10m. Para constar, eu, Luiz Cesar Tavares Bibas, _____, Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, em exercício, lavrei este extrato de ata, que, após regularmente aprovada pelo Presidente do E. Colégio, será publicada no Diário Oficial do Estado.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Protocolo: 616646

EXTRATO DE ATA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL – 2020

(Resolução 004/2020/CSMP/MPPA)

DATA E HORA – 8h do dia 14/12 até às 18h do dia 18/12/2020.

LOCAL – Sítio eletrônico: www.mppa.mp.br. PRESENTES – Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. JORGE DE MENDONÇA ROCHA, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Conselheiro Secretário e os seguintes Conselheiros: Dra. LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA e Dr. HAMILTON NOGUEIRA SALAME.

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo nº 000439-125/2018

Requerente(s): Aldiane Priscila Freitas Dias Baia, Monica Cristina Matias de Barros, Silas Alves do Egito, Manoela Fernandes Martins Moreira

Requerido(s): Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa e Banco do Estado do Pará

Origem: 4º PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém

Assunto: Apurar denúncia de candidatos quanto a irregularidades ocorridas no Concurso Público do BANPARÁ - Edital nº 01/2018.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.2. Processo nº 000025-151/2018

Requerente(s): Tribunal De Contas Dos Municípios Do Pará - TCM/PA

Requerido(s): Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém - SAAEB

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na prestação de Contas do SAAEB, exercício 2011.